



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.2. O presente Termo de Referência tem por objetivo Orientar Aquisição de Lâmpadas para Laringoscópio, para atender as necessidades do Hospital Maternidade do Divino Amor, Unidade Hospitalar pertencente ao Município de Parnamirim/RN, conforme especificações deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

- **2.1.** O material requisitado é destinado a atender as necessidades do Hospital Maternidade do Divino Amor, unidade hospitalar pertencente ao Município de Parnamirim/RN.
- 2.2. Considerando que a vida útil de uma lâmpada de laringoscópio varia conforme o seu uso e acondicionamento, a aquisição dos itens é de suma importância, pois tem a finalidade de substituir em uma eventual falha.
- 2.3. Considerando que atualmente o Hospital Maternidade do Divino Amor conta com laringoscópio adulto no Centro Cirúrgico, Unidade de Tratamento Clinico (UTC), UTI adulto, Centro Obstétrico, Alojamento Conjunto, UTI NEO e Médio Risco, todas a unidades fazem uso do aparelho.
- **2.4.** Desta forma se faz necessário a aquisição do objeto requisitado, pois a falta deste poderá comprometer o trabalho dos setores já mencionados e consequentemente causarem prejuízos nos serviços em saúde, prestados pelo município, de alta e média complexidade.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	DIMENSÕES	QTD
01	Lâmpada Vacuum para Laringoscópios Convencional. Utilizada nas lâminas: – Miller (RETA) tamanhos de 00, 0, 1; – Macintosh (CURVA) tamanho 0.	13,5mm Rosca Fina 2,5V	20

Av. Tenente Medeiros, 145, Centro, Parnamirim/RN- Fone: (84)3645-6369 - CEP 59.140-020







4. DOS PRAZOS, LOCAL DE ENTREGA e EXECUÇÃO DO OBJETO

- **5.1.** Os objetos deverão ser entregues no Hospital Maternidade do Divino Amor, localizada à Avenida Tenente Medeiros, nº 145, Bairro Centro, Parnamirim/RN, CEP 59.140-020, de segunda a sexta-feira, nos dias úteis, das 08h00 às 14h00;
- **5.2.** Os materiais serão entregues em PARCELA ÚNICA, em um prazo máximo de 30 (TRINTA) dias a contar do recebimento das Ordens de Compras e Notas de Empenhos expedidos pela CONTRATANTE;
- **5.3.** Embalagem O material deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, aderência ao produto e umidade; sem inadequação de conteúdo e identificadas às condições de temperatura exigida em rótulo, quando houver;
- **5.4.** A contratante rejeitará, no todo ou em parte, a entrega do material em desacordo com as especificações mínimas exigidas;
- 5.5. No intuito de resguardar a segurança do objeto licitado, a Contratante deverá exigir como condição para assinatura do contrato os seguintes documentos:
- 5.6.1. Comprovação de que o produto cumpre as normas e padrões da ABNT e INMETRO, se for o caso.

5.7. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO:

- 5.7.1. A contratada se obriga a entregar os produtos obedecendo às medidas e peso de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência. Não serão aceitas variações;
- **5.8.** Os produtos fornecidos devem se apresentar com as seguintes características:
- 5.10.1. Obedecendo rigorosamente as especificações do Item 03;

Av. Tenente Medeiros, 145, Centro, Parnamirim/RN- Fone: (84)3645-6369 - CEP 59.140-920





- 5.10.2. Acondicionados, sempre que possível, em embalagens lacradas individualmente, identificados, e em perfeitas condições de armazenagem. Caso os produtos estejam acondicionados em embalagens fracionadas, estas deverão ser sinalizadas a fim de facilitar a conferência:
- 5.10.3. Os materiais serão recebidos pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, e PROVISORIAMENTE no ato da entrega para posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações requeridas neste documento;
- 5.10.4. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de até 03 (três) dias úteis. Só então será atestada a nota fiscal;
- 5.10.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituidos em prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 5.10.6. Na hipótese de não se proceder à verificação a que se refere o subitem 5.10.4.dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 5.10.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- **5.11.** Comprovação de que o produto cumpre as normas e padrões da ABNT e INMETRO, se for o caso.

6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- **6.1.** O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, em conformidade com a ordem cronológica das exigibilidades, classificadas por fonte diferenciada de recursos, conforme normatizações do Decreto Municipal nº 6.048/19, Resolução nº 028/2020-TCE/RN, e na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- **6.2.** Ocorrerá à retenção ou glosa, ainda, no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando essa não produzir os resultados, deixarem de entregar ou não entregar com a qualidade dos materiais licitados;
- 6.3. O pagamento está condicionado ainda, ao ATESTO na Nota Fiscal de Mercadoria Nfe, que comprove a aquisição dos materiais.

Av. Tenente Medeiros, 145, Centro, Parnamirim/RN- Fone: (84)3645-6369 – CEP 59.140-020





- **6.4.** O CNPJ constante da Nota Fiscal de Mercadorias deverá ser o mesmo indicado no Empenho, na liquidação e no domicílio bancário;
- **6.4.** Atestada(s) a(s) nota(s) fiscal (is)/fatura(s), a responsabilidade da CONTRATADA subsiste na forma da Lei.
- **6.6.** A Nota Fiscal de Mercadorias deverá estar bem explícito na sua descrição os quantitativos unitários por item, o preço unitário por item, o preço total por item. E nas observações das Nfe's o número do Empenho, o número do contrato, o número do pregão eletrônico e o domicílio bancário.
- **6.7**. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto deste termo de referência, correrão por conta exclusiva da contratada.
- **6.8.** Caso a CONTRATADA, seja optante pelo SIMPLES, deverá apresentar comprovante do termo de opção, juntamente com a nota fiscal.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **7.1.** A CONTRATADA se compromete a:
- 7.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência; assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 7.1.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência; acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 7.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- **7.2.** Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, no item 5.2;
- 7.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.4. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto.

GEP 59.140-020





8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **8.1.** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada para a fiel execução do contrato;
- **8.2.** Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a entrega dos itens:
- **8.3.** Efetuar os pagamentos à Contratada conforme previsto neste Termo de Referência.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do Art. 40 da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais cominações legais, a empresa que:
- 9.1.1. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 9.1.2. Não mantiver as propostas;
- 9.1.3. Recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente ao contrato, dentro do prazo e condições estabelecidos;
- 9.1.4. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 9.1.5. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.
- **9.2.** A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA as sanções previstas na Seção II, do Capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, podendo a CONTRATANTE, a extensão da falta ensejada, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:
- a. Advertência;
- b. Multa;

c. Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com a ADMINISTRAÇÃO pelo prazo de até 02 (dois) anos:

- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 9.3. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, observados os seguintes percentuais:

140-020





- a. 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor estimado do contrato limitado a 10% (dez por cento) por dia de atraso, no caso de retardamento da execução contratual;
- b. 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos.
- c. Aplicar-se-á no caso de inexecução total ou parcial, o percentual de 10% (dez por cento), sobre o valor total do objeto contratado.
- 9.3.1 As demais sanções poderão ser aplicadas junto à multa, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- **10.1.** A empresa deverá fornecer a contratante no mínimo 02 (dois) atestados/Decíarações de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a contratada ter prestado satisfatoriamente os serviços compatíveis com o objeto deste termo de referência;
- **10.2.** Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo 30 (trinta) dias, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento;
- 10.3. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que com provem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índice oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- **10.4.** No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro (artigo 3º do Decreto 8.538, de 2015);
- 10.5. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- **10.6**. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

11. CONDIÇÃO DE HABILITAÇÃO

11.1. A CONTRATADA deverá possuir:

Av. Tenente Medeiros, 145, Centro, Parnamirim/RN- Fone: (84)3645-6369 – CEP 59.140-020





- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 11.2. Em relação a Regularidade Fiscal possuir:
- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos, relativa a tributos federais e à Divida Ativa da União, Estaduais e municipais;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS CRF;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, de acordo a Lei nº 12.44"
- 11.3. Apresentar declaração ao que dispõe o Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, em cumprimento ao Inciso V do Artigo 27 da Lei nº 8.666/93, atestando que não possuem em seu quadro, funcionários menores de dezoito anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum funcionário menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

12. ORÇAMENTO ESTIMADO

12.1. Conforme Mapa de Pesquisa Mercadológica

13. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

13.1. Será vencedora a empresa que apresentar o MENOR PREÇO POR ITEM

CEP 59.140-020

Av. Tenente Medeiros, 145, Centro, Parnamirim/RN- Fone: (84)3645-6369 - CEP 59.140-020





14. FISCALIZAÇÃO

- 14.1. Será de responsabilidade do Departamento de Atenção Especializada e Unidades Hospitalares da Secretaria Municipal de Saúde de Parnamírim/SESAD, nomear servidor, com dever de fiscalizar, visando à entrega do objeto de acordo com o que consta neste Termo de Referência.
- **14.2.** As partes elegem o foro da Seção Judiciária da Comarca de Parnamirim, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Certame.

DA APROVAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

15.1. À autoridade competente para aprovar o Termo de Referência e responder sobre as questões formuladas durante o certame e após sua conclusão, atinentes ao que foi definido neste Termo a Sra. Secretária Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Parnamirim.

Parnamirim/RN, 02 de Agosto de 2021.

Ana Michele de Farias Cabral

Diretora Geral-do-Hospital-Maternidade do Divino Amor

Mat. 4589

DESPACHO Apactio o Tourno

EM. 09/08/2021

TeØ:zinha G. Rêgo de Oliveira

Karina Figueiredo Medeiros Ferreira

Diretora Administrativa

Mat. 9097

Secretaria Municipal de Saúde/SESAD Parnamirim/RN